

ATA DA LCVIII REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

LOCAL: Sala de Reuniões do Conselho Estadual de Saúde / SES

Rua Esteves Júnior, 160 – 8º andar

DATA: 13/07/04

HORÁRIO: 09:00 horas

PRESENTES

Secretaria de Estado da Saúde:

Carmen Emília Bonfá Zanotto, Maria Teresa Locks, Rosina Moritz Silveira, Arion Bet Godoi, Sônia Machado de Souza, Sônia Regina Linsmeyer, Hanna Karine S.J.Barcelos, Lester Pereira, Luis Antônio Silva, Raquel Ribeiro Bittencourt, José Miguel do Nascimento Júnior, Roberto Eduardo Hess de Souza, Isabel Funk.

Conselho de Secretários Municipais de Saúde:

Salvio Osmar Tonini (Nova Trento), Tadeu Geronasso (Mafra), Antônio Carlos Koeche (Lages), Renato Afonso da Rocha (Bombinhas), Manoel Américo (Florianópolis), Julita Schramm (Gaspar), Orasil Coelho Pina (Criciúma), Daníria Souza da Rocha (Lauro Müller), Luiz Carlos Pereira (Guaramirim), Ivanice Angela Peccin (Herval D'Oeste), Wanderley L.Hilgert (Palmitos), Maria Célia Toazza (Araquari), Celeste Oetke Schaefer (Rio do Sul), Flávio Filappi (Xanxerê), Ana Silvia Zanon (Joinville), Angela Vitória Domingues (Chapecó).

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A LCVIII Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 09h 15 min, sob a coordenação de Carmen Bonfá Zanotto, Secretária Adjunta da SES, com a presença dos membros acima descritos.

DOCUMENTOS RECEBIDOS

Ofício 630/04, da Diretoria de Vigilância Epidemiológica, encaminhando Carta do Campeche referente realização do XIX Seminário de Avaliação da Tuberculose em Santa Catarina e Fórum de discussão sobre Esquemas de Tratamento da Tuberculose;
Comunicação Interna nº 586/04, da 21ª Gerência Regional de Saúde, encaminhando documento do Colegiado da AMREC solicitando remanejamento do teto financeiro em cardiologia para a Macrorregião Sul.

1. APROVAÇÃO DA ATA

2. Aprovadas na íntegra as Atas das sessões dos dias 18/12/03, 27/02/04, 10/03/04 e 30/04/04, bem como aprovada a Ata do dia 14/05/04 com ressalva incorporada na mesma.

3. TEMAS PARA DELIBERAÇÃO

a) HABILITAÇÕES

4. Aprovadas as habilitações dos Municípios de Meleiro, Arroio Trinta, Itapiranga e Anita Garibaldi à condição de Gestão Plena de Atenção Básica Ampliada.

b) AVALIAÇÃO PACTO ATENÇÃO BÁSICA/2003

5. Aprovada.

c) PACTO ATENÇÃO BÁSICA/2004

6. Aprovado.

d) LABORATÓRIO SÃO LUCAS – VARGEM BONITA

7. O Coordenador CIB/COSEMS, Salvio Tonini, manifestou o parecer do COSEMS dizendo entender que o assunto não diz respeito à CIB, visto que o Conselho Municipal de Saúde é um órgão deliberativo e que seria uma questão de negociação interna do município.
8. A Diretora de Regulação e Auditoria do Sistema/SES, Maria Teresa Locks, informou que a SES recebeu um fax do Tribunal de Contas do Estado, penalizando o gestor por contratação de Laboratório sem o devido credenciamento, e por outras situações bastante graves. Disse que não entende como cabe ao Conselho Municipal de Saúde decidir a respeito do assunto, visto que a Deliberação/CIB/005/04, de 29/01/04, no seu artigo 17, parágrafo primeiro, diz que: “os postos de coleta devem estar localizados em municípios de pequeno porte que não disponham de Laboratório de Patologia Clínica em seu território, ou em municípios que disponham de

Laboratório e que esse se recuse a atender pela tabela SIA/SUS”.

9. O Secretário Orasil Pina (Criciúma) disse que não há elementos suficientes para saber quem tem a razão, porém disse entender que a questão merece um maior estudo.

10. A Diretora Maria Teresa disse que foi feita a auditoria apontando todas as questões, e que há necessidade de um posicionamento da CIB.

11. O Secretário Manoel Américo (Florianópolis) disse entender que o Conselho Municipal de Saúde delibera sobre políticas públicas, e que a questão se trata de um ato de gestão.

12. O Coordenador CIB/COSEMS propôs a composição de uma Comissão do COSEMS que junto à equipe de auditoria da SES, fossem em loco verificar os fatos para na próxima reunião da CIB deliberar sobre o assunto, tendo sido acatado pela SES.

e) REDE DE DIAGNÓSTICO HIV/AIDS

13. Foi aprovado, ficando aberta a possibilidade de readequação de referência por parte dos municípios posteriormente.

f) PÓLO DE CAPACITAÇÃO

14. Aprovado.

g) RELATÓRIO DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE

15. O Coordenador CIB/COSEMS manifestou o parecer do COSEMS dizendo que os municípios deverão ser consultados sobre sua capacidade, incluindo o que comprou da rede privada, bem como deverão ser efetuadas realocações dos recursos. Questionou acerca de qual é o recurso para cintilografia e qual a data para o início da execução dos serviços.

16. A Coordenadora CIB/COSEMS, Carmen Zanotto, esclareceu que as planilhas apresentadas são das solicitações feitas antes da Deliberação da PPI, que referem-se a demanda reprimida que a SES está buscando uma forma de resolver. Disse que a proposta é de com os recursos da SES abrir temporariamente o teto financeiro da prestação de serviço, e que só poderão ser atendidos pelo referido teto os pacientes da lista de espera de antes da aprovação da PPI/Janeiro/04.

17. O Diretor de Ações de Saúde/SES, Roberto Hess de Souza, disse que foi otimizado todo o serviço de tomografia no Estado, e que além de atender a 18ª Regional, há uma oferta de 250 exames com capacidade montada nos hospitais. Em relação à cintilografia, disse que a medicina nuclear já está funcionando no Hospital Regional em São José, e que os municípios já podem fazer seus agendamentos. Quanto ao “quarto terapêutico”, disse que deverá estar funcionando em breve dependendo apenas de um parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

18. A Secretária Angela Domingues (Chapecó) manifestou-se dizendo que o levantamento da demanda havia sido feito a mais de seis meses, e que provavelmente os pacientes da lista de espera já foram atendidos ou não necessitariam mais desse atendimento.

19. A Coordenadora CIB/SES disse que a proposta apresentada era para os pacientes da lista de até janeiro/2004, e que a partir disso, outro levantamento seria preciso fazer, assim como seria outra discussão a ser apresentada à Mesa.

20. A Secretária Ivanice Peccin (Herval D'Oeste) perguntou a partir de quando os serviços estariam disponíveis..

21. A Secretária Julita Schramm (Gaspar) manifestou sua preocupação quanto à gravidade do paciente, e que deveria ser observada a ordem de prioridade.

22. A Coordenadora CIB/SES salientou que há necessidade de tomar medidas de protocolo, assim como é preciso fazer ações conjuntas de modo a agilizar as questões.

23. O Diretor Roberto disse que há uma preocupação quanto à prioridade de atendimento, e que isso converge para a questão do Centro Regulador e da descentralização da regulação à nível macrorregional, trabalho este que está sendo desenvolvido com os diversos setores da SES.

24. A Coordenadora CIB/SES ressaltou que a proposta é de calcular a capacidade instalada e o tempo que o município levará para atender uma determinada demanda, e assim o Estado repassa um recurso fundo a fundo ao município para o atendimento de um conjunto de pacientes pautados na lista.

25. A técnica Ana (Joinville) disse que o entendimento da Câmara Técnica foi que a SES estava propondo no primeiro momento quando fez o levantamento da demanda reprimida, resolver a situação de todo o Estado, e não daquilo que era de responsabilidade da SES. Propôs a retirada do Relatório da pauta, pois segundo ela, os dados estavam misturados.

26. A Gerente de Regionalização de Assistência de Média e Alta Complexidade, Hanna Barcelos, disse que no ofício encaminhado para as Gerências de Saúde, foi solicitado toda a demanda reprimida anterior à 29/01/04.

27. A Coordenadora CIB/SES disse que visto a dificuldade de consenso, o assunto estava sendo retirado da pauta para levantamento dos dados e apresentação da proposta na próxima reunião.

h) TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES BÁSICAS PARA MÉDIA COMPLEXIDADE/VISA

28. O Coordenador CIB/COSEMS manifestou a aprovação do COSEMS solicitando o auxílio da SES aos municípios na execução do trabalho, bem como questionou se as Regionais estão estruturadas para exercer tal papel.

29. A Diretora de Vigilância Sanitária, Raquel Bittencourt, disse que as ações de Inspeção Sanitária em Drogarias, Ervanarias, Dispensários e Postos de Medicamentos, embora classificados pelo Ministério da Saúde (Portaria 18/99) como ações básicas, em Santa Catarina estavam classificados como ações de média complexidade. Ressaltou que na atual PPI são obedecidas as diretrizes do Ministério, e que há dificuldade em pactuar esta meta no grupo de ações básicas, visto que em Santa Catarina existem quatro municípios que não tem nenhum trabalhador em Vigilância Sanitária, e um número de 151 municípios com apenas um técnico. Disse que nem todas as Regionais tem estrutura para acompanhar, mas que está sendo readequado todo o planejamento de inspeção da Diretoria, a fim de dar cobertura neste grupo de inspeções. Completou dizendo que é bem provável que até o final de 2004, não sejam alcançadas as metas de ações básicas, nem as de média complexidade devido a história que acompanha a discussão dessa pactuação por todo o país.

i) ALTERAÇÃO PPI – ALTA COMPLEXIDADE

30. O Coordenador CIB/COSEMS manifestou o parecer do COSEMS dizendo que havia consenso quanto ao credenciamento da LEORC em Blumenau e da Tomografia Computadorizada em Maravilha. Quanto à Ressonância Magnética em Joaçaba, o COSEMS retira da pauta e posterga para a próxima reunião. Recomendou que sempre que houvesse alteração de teto entre municípios, que devesse haver a anuência entre os gestores, por escrito, respeitando a Deliberação 005/04.

31. O Gerente de Programação e Orçamentação da SES, Arion Godoi, esclareceu que na questão de Joaçaba e Blumenau não há alteração de teto, mas sim uma informação da SES a respeito de duas solicitações de credenciamento, conforme parecer anexo. Quanto a questão de Maravilha, disse que o assunto já foi discutido na CIB e que agora está sendo solicitada alteração de teto, conforme apresenta o parecer.

32. Aprovada a alteração da PPI no que se refere ao credenciamento em Tomografia Computadorizada do Município de Maravilha, conforme o parecer técnico.

33. O Gerente Arion informou a respeito da Portaria 1.141/MS, que demanda recursos novos para o Estado de Santa Catarina, num valor de R\$ 1.476.942,65 (Um milhão, quatrocentos e setenta e seis mil, novecentos e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), equivalente à 17.000.000,00/ano (dezessete milhões), e que determina recurso financeiro que seria alocado nos municípios em gestão plena de acordo com a produção aprovada do ano/2003. Ressaltou que isso contraria a lógica da PPI aprovada em Santa Catarina que é per capita. Disse que a Câmara Técnica já discutiu a questão e propôs que seja feita uma alocação financeira de acordo com a produção para a competência/julho, e que retornariam as discussões para que na competência/agosto, fosse feita a alocação per capita conforme a PPI.

34. O Coordenador CIB/COSEMS disse que havia consenso na questão e solicitou que a Câmara Técnica agendasse reunião para aprofundar o assunto.

j) INCORPORAÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS HOSPITALARES

35. A Coordenadora CIB/SES informou que o Ministério da Saúde baseado nas diferenças regionais, está realocando recursos financeiros aos Estados, conforme informativo do CONASS em anexo.

36. A Diretora Maria Teresa disse que, tendo em vista a abertura de credenciamento por parte do Ministério, a SES trouxe à Mesa pedidos que já haviam sido solicitados, conforme documento anexo – Credenciamentos Alta Complexidade/Neurocirurgia.

37. A Secretária Ana Silvia Zanon (Joinville) perguntou se havia possibilidade de novos credenciamentos que não estavam elencados no documento.

38. A Diretora Maria Teresa disse que o Ministério estipulou o prazo de até 30/07/04, e que a

SES encaminharia os pedidos existentes até o dia 25 do corrente mês. Registrou que todos os credenciamentos de serviços novos de alta complexidade, devem acompanhar o desenho de uma nova referência.

39. A Coordenadora CIB/SES informou que para a próxima reunião da CIB, seria apresentada uma planilha dos pedidos de credenciamentos pendentes na SES para serem deliberados, com exceção da Ortopedia, Cardiologia e TRS, visto que foram publicadas novas Portarias.

40. O Secretário Flávio Filappi (Xanxerê) perguntou se o recurso novo era também para o credenciamento da cardiologia de Xanxerê.

41. A Coordenadora CIB/SES explicou que os processos que voltaram do Ministério para a SES, terão que passar por uma avaliação de acordo com a nova Portaria, e que o processo de Xanxerê está incluídos entre esses.

42. Aprovado por consenso os pedidos de credenciamento em alta complexidade da Neurocirurgia, conforme documento anexo, e descrição a seguir: Tipo III – reclassificação Hospital Governador Celso Ramos e Hospital Infantil Joana de Gusmão (Florianópolis); Tipo II - reclassificação Hospital de Caridade (Fpolis), Hospital Santa Inês (Balneário Camboriú) e Hospital Santa Terezinha (Joaçaba); Tipo I - Hospital Regional Homero de Miranda Ramos (São José), Hospital Seara do Bem (Lages) e Hospital Arq.Carlos Consul Renaux (Brusque); Cadastramento de dois leitos para queimados do Hospital Governador Celso Ramos; Credenciamento em Epilepsia do Hospital Governador Celso Ramos; Credenciamento de CACON do Hospital Marieta Konder Bornhausen (Itajaí).

43. Ficou deliberado que seriam aprovados os credenciamentos de novos pedidos, desde que tenham passado pelos trâmites legais, bem como respeitado o prazo estipulado para envio ao Ministério da Saúde, ou seja, até dia 25/07/04.

TEMAS PARA DISCUSSÃO

a) CONTRATOS REDE PRIVADA

44. A Coordenadora CIB/SES disse que a última reunião realizada com relação aos Contratos com as unidades hospitalares foi no dia 24/06/04, e que há algumas questões que necessitam da aprovação dos gestores municipais. Disse que repassa a última versão do contrato ao Secretário Salvio, para que o COSEMS se pronuncie a respeito.

45. Conforme sugestão do técnico Silvio Pipper (Fpolis) ficou para ser deliberado na próxima reunião os itens do contrato no que se refere ao Corpo Clínico, a Urgência e Emergência, assim como o Reajuste da Tabela sugerido pela Coordenadora CIB/SES, pois segundo eles, não há mais o que discutir sobre essas questões.

INFORMES

a) DESCONTOS ADIANTAMENTOS

46. A Diretora Maria Teresa informou que para os municípios de Atenção Básica, a SES está procedendo os descontos através do processamento de suas produções. Quanto aos seis municípios em Gestão Plena que estão nesta situação, disse que Joinville, Rio do Sul e São Bento do Sul não se manifestaram, e que Laguna, Brusque e Chapecó manifestaram-se, porém somente Chapecó apresentou proposta. Disse que os outros dois municípios alegaram que não foi entendido como adiantamento, sendo que dessa forma, segundo eles, não deveria ocorrer o desconto. Salientou que o gestor deve se manifestar quanto a forma a ser procedido o desconto, conforme foi deliberado na última reunião da CIB.

b) PORTARIA CARDIOLOGIA/TRS/ORTOPEDIA

47. Quanto à Cardiologia, Ortopedia e TRS, a Diretora Maria Teresa informou que o Ministério da Saúde publicou novas versões das Portarias, e que os credenciamentos para estas modalidades terão prazo de seis meses para as devidas adequações. Disse que com relação à Cardiologia, o Ministério devolveu todos os processos de credenciamento para que fossem readequados conforme a nova Portaria, e que a SES priorizou o município de Xanxerê para resolver o problema da demanda do Extremo Oeste, bem como o Instituto de Cardiologia, visto ser o Centro de Referência de Cardiologia do Estado, com a possibilidade da eletrofisiologia. Salientou a importância de os gestores tomarem ciência dos conteúdos das Portarias para as devidas readequações no prazo previsto. Comunicou que as Portarias poderiam ser consultadas no sistema conforme segue: Cardiologia - Portarias GM/1169 e SAS/210; Ortopedia – Portarias GM/1167 e SAS/213; TRS – Portarias GM/1168 e SAS/211 que definem

as políticas e suas operacionalizações respectivamente. Informou ainda, sobre a Portaria nº 1372 para Cirurgias Eletivas que define novo mutirão, com prorrogação até dezembro/2004, abrindo possibilidades para outros procedimentos. Disse que é preciso definir com o COSEMS a elaboração de projetos pelos municípios em Gestão Plena, ou a elaboração de um projeto de âmbito Estadual para as cirurgias eletivas.

48. Ficou definida reunião da Câmara Técnica para os dias 19 e 20 do corrente, para discussão das questões da TRS, Cardiologia e Ortopedia.

49. A Coordenadora CIB/SES esclarecendo a questão da cardiologia de Xanxerê, disse que tão logo os serviços fossem readequados à nova Portaria, o processo seria encaminhado ao Ministério da Saúde, visto já ter passado pela CIB.

c) SAMU

50. A Coordenadora CIB/SES disse que no dia 25/05/04, foi encaminhado ao Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção a Saúde, para o DR. Jorge Solla, um ofício manifestando a preocupação da SES com relação a implantação do SAMU em Santa Catarina. Disse que solicitaram ao Ministério que fosse mais preciso com relação as datas para liberação dos recursos financeiros para custeio e investimentos, visto que os municípios não poderiam fazer contratação de recursos humanos tendo em vista o período eleitoral. Registrou que o Ministério respondeu o ofício reportando para o Estado a responsabilidade de sanar as pendências. Registrou que a SES somente poderá adequar algumas unidades, e que defenderá junto ao Ministério a idéia de que o Estado não poderá reformar e adequar tudo em cem por cento para poder receber o recurso financeiro. Colocou que a situação não está bem clara, e que a SES discutirá com o Ministério a respeito, pontuando aquilo que existe de concreto nas unidades para a adequação.

d) LAUDOS REPRESADOS

51. A Coordenadora CIB/SES informou que está havendo alguns pagamentos com prioridades estabelecidas. Disse que se houver o repasse previsto pela Secretaria da Fazenda, todos os laudos represados de até R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), seriam possíveis de serem pagos. Registrou que a SES não está conseguindo cumprir com o que foi acordado em relação ao pagamento da segunda etapa, mas que isso não diminui a preocupação com a contratualização das unidades prestadoras de serviços da SES. Disse que, segundo o Relatório das Auditorias dos Municípios, a grande maioria dos laudos está sendo reconhecido como dívida a ser paga, e que a SES está efetuando os pagamentos daquilo que está empenhado.

52. O técnico Silvio Pipper disse que não foi cumprido o que foi acordado pela Comissão criada para discutir os critérios de pagamento.

53. A Coordenadora CIB/SES disse que foi pautado junto à Secretaria da Fazenda as prioridades dos restos a pagar/2003, e que o mecanismo usado é do menor para o maior, sempre na medida do possível.

e) PPI/FICHA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

54. O Coordenador CIB/COSEMS, manifestou sua preocupação com relação ao desconhecimento por parte dos municípios sobre a forma de utilização e preenchimento da Ficha de Programação Orçamentária.

55. O Gerente Arion disse que a ficha é um documento do SIA/Ministério da Saúde aprovada desde 1998. Sugeriu que a SES faça um treinamento a nível estadual.

f) CAPACIDADE INSTALADA DA SES

56. O Coordenador CIB/COSEMS solicitou uma posição da SES a respeito da capacidade instalada da SES para que os serviços pudessem ser ofertados aos usuários, pois segundo ele, esta realidade não aparece de fato.

57. A Coordenadora CIB/SES disse que foi apresentado à SES algumas pendências com relação à capacidade instalada, e que já foi feito o levantamento a ser encaminhado à Câmara Técnica.

58. A Diretora de Assuntos Hospitalares, Rosina Santos Silveira, disse que com relação as consultas da rede hospitalar, houve problemas de operacionalização quando da determinação aos Diretores dos Hospitais. Esclareceu que a SES não solicitou aos Diretores que o fizessem ao Corpo Clínico do hospital. Disse que foi corrigida a questão, tendo sido comunicado oficialmente aos médicos a respeito da conduta da SES a partir de 30 de agosto/2004, de não

mais pagar o pro-labore, se a consulta não estivesse efetivamente na Central de Marcação de Consultas.

g) EXIGÊNCIA ATUAÇÃO DIRETOR TÉCNICO NAS UNIDADES

59. Após algumas sugestões de encaminhamentos, ficou definido que a SES na pessoa da Dra. Raquel Bittencourt, Diretora de Vigilância Sanitária, e um representante do COSEMS produziram um documento (exposição de motivos) anexando documentação recebida do CREMESC por alguns municípios a respeito da exigência, para que fosse deliberado na próxima reunião e encaminhada ao Conselho Federal de Medicina.

60. O Secretário Orasil propôs levar o assunto para discussão no Encontro dos Secretários Municipais de Saúde, para que fosse firmado um documento pelos Secretários, para posterior apresentação ao Conselho Federal de Medicina.

61. Nada mais havendo a tratar, eu, Lúcia Helena de Souza, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Coordenadores.

Florianópolis, 13 de julho de 2004.